



**EDITAL**

**Anúncio de concurso público**  
**(nos termos do DL 158/91, de 26/4/1991, na sua atual redação)**

**1. OBJETO DO PROCEDIMENTO**

Concurso público destinado à celebração de um contrato de arrendamento rural com o Estado Português, incidente sobre o **LOTE 32** do prédio rústico denominado "**HERDADE DO VALE DE AGUIA**", com **1,8000 hectares**, inscrito na matriz cadastral sob o artigo 1, Secção F, da freguesia de Figueira de Cavaleiros, concelho de Ferreira do Alentejo, que confronta a Norte com a Ribeira da Figueira e Lote nº 153, a Sul com estrada camarária, a Nascente com o Lote 22 do mesmo prédio e a Poente com estrada de alcatrão do PEDAP.

O contrato a celebrar consta da minuta que terá de ser previamente aceite pelos concorrentes.

**2. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente procedimento rege-se pelo DL 158/91, na sua atual redação e subsidiariamente pelo Código de Procedimento Administrativo. O arrendamento rural rege-se pelo disposto no contrato, pelas disposições do DL 158/91, na sua atual redação e pelo DL 294/2009, de 13 de outubro, em tudo o que não contrariar o disposto naquele diploma.

**3. DECISÃO DE ABERTURA DO CONCURSO**

A decisão de abertura de presente concurso foi tomada por despacho de 1/10/2018 do Senhor Ministro da Agricultura Florestas e Desenvolvimento Rural.

**4. IDENTIFICAÇÃO E CONTACTOS DA ENTIDADE CONTRATANTE**

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, com sede na Av. Eng.º Eduardo Arantes e Oliveira, Quinta da Malagueira, Apartado 83, 7006-533 Évora, NIF 680 011 439, com o telefone nº 266 757 800, o fax nº 266 757 850 e o endereço de correio eletrónico [geral@drapal.min-agricultura.pt](mailto:geral@drapal.min-agricultura.pt)

**5. VALOR BASE DA PROPOSTA DE RENDA**

600, 00 Euros/ano (seiscentos euros/ano)

**6. CONCORRENTES**

O concurso destina-se exclusivamente a pessoas singulares e coletivas, cuja única ou principal atividade ou ramo consista no exercício da atividade agrícola, silvícola ou pecuária, dotadas de capacidade profissional bastante e que sejam:

- a) Jovens agricultores, que vivam exclusiva ou predominantemente da agricultura e não explorem área superior aos limites máximos a que se refere a tabela anexa ao DL 158/91, na sua atual redação;
- b) Pequenos agricultores inseridos em explorações do tipo familiar, que não sejam trabalhadores do MAFDR, aposentados, ou reformados, entendendo-se para o efeito que aquela não terá área superior aos limites máximos, aferida nos termos da tabela anexa ao DL 158/91, na sua atual redação;
- c) Cooperativas de trabalhadores rurais ou de pequenos agricultores ou outras formas de exploração por trabalhadores.

Para efeitos do presente concurso, consideram-se jovens agricultores os concorrentes com idade entre os 18 e os 40 anos, já instalados como tal, cujo rendimento proveniente da exploração agrícola seja igual ou superior a 50% do seu rendimento global e que dediquem mais de 50% do seu tempo total de trabalho à exploração.



## 7. CONSULTA DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO, PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E FORNECIMENTO DE CÓPIAS

As peças do procedimento encontram-se na DRAP Alentejo e no Serviço Regional do Baixo Alentejo, para consulta, entre as 09:00 e as 12:30 e as 14:00 e as 17:30, de segunda a sexta-feira e no portal da DRAP Alentejo em [www.drapal.min-agricultura.pt](http://www.drapal.min-agricultura.pt).

Eventuais pedidos de esclarecimento poderão ser solicitados à DRAP Alentejo, até ao 10º dia e prestados até ao 20º dia, posteriores à publicação do segundo anúncio no jornal regional.

As cópias em suporte de papel poderão ser solicitadas diretamente na DRAP Alentejo ou para o endereço de correio geral@drapal.min-agricultura.pt e serão fornecidas ou remetidas até ao 3º útil dia seguinte ao pagamento dos respetivos custos, de acordo com a tabela de preços em vigor na DRAP Alentejo.

## 8. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

### 8.1. Modo de apresentação das propostas

A proposta deve ser redigida em língua portuguesa e apresentada em formato de papel, de acordo com a minuta de requerimento disponível no portal da DRAP Alentejo, com a indicação:

- Do critério de preferência em que o concorrente se integra (isto é, se é “jovem agricultor”, “pequeno agricultor inserido em exploração do tipo familiar” ou “cooperativa ou outra forma de exploração por trabalhadores”
- Se o arrendamento visa ou não o “redimensionamento de unidades minifundiárias, por forma a que estas atinjam os limites mínimos fixados na tabela anexa ao DL nº 158/91; Da distância da residência do candidato, por estrada, em relação à exploração
- Do “nível profissional (habilitação ou experiência)
- Do valor anual de renda oferecido, expresso em euros, em algarismos e por extenso.

A proposta e os documentos instrutórios referidos no ponto seguinte, todos devidamente rubricados, devem ser dirigidos ao Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, colocados num envelope opaco e fechado e este colocado num outro envelope, com o nome do concorrente, no canto superior esquerdo e com a designação “PROPOSTA - LOTE 32 - VALE DE AGUIA”, ao centro.

### 8.2. Local de entrega das propostas

A proposta será entregue presencialmente na sede da DRAP Alentejo contra recibo, até as 17:30, ou remetida sob registo, para a morada indicada no ponto 4 deste edital, valendo, neste caso, como data da sua apresentação a data da efetivação do registo postal, sendo o dia limite da apresentação o 25º dia útil posterior à publicação do edital no segundo numero consecutivo do jornal “Diário do Alentejo”.

## 9. DOCUMENTOS DA PROPOSTA

1. A proposta é obrigatoriamente instruída com:

- a) Curriculum vitae do candidato, acompanhado dos documentos de habilitação ou nível profissional (Comprovativo de curso superior, médio, técnico-profissional ou equivalente nos domínios da agricultura, silvicultura ou pecuária (curso de formação profissional para empresários agrícolas reconhecido pelo Ministério da Agricultura ou outros cursos considerados como habilitação suficiente pelo Ministério ou comprovativos da experiência agrícola (Documentos que provem o trabalho na agricultura como empresário agrícola: declaração de início de atividade e IRS ou se for uma pessoa coletiva declaração de atividade e IRC; Documentos que provem o trabalho na agricultura como assalariado: recibo de remunerações; Documentos que provem o trabalho na agricultura em regime de mão-de-obra familiar: declaração de honra do titular da exploração de que o candidato é seu cônjuge ou vive consigo em condições análogas às dos cônjuges, parente ou afim em linha reta e que exerce atividade agrícola na sua exploração, por período não inferior a 3 anos e IRS do candidato e/ou IRS ou IRC do titular da exploração) - aplicável às pessoas singulares e aos legais representantes da pessoa coletiva



- b) Declaração de honra do concorrente de que não é trabalhador do MAFDR, nem aposentado, nem reformado (aplicável pessoas singulares)
- c) IE, ou se não tiver ajudas públicas comprovativo (s) da titularidade da exploração e declaração de honra do concorrente de que não explora área superior aos limites máximos a que se refere a tabela anexa ao DL 158/91 (aplicável pessoas singulares e coletivas)
- d) Certidão da Segurança Social, comprovativa da situação regularizada, válida, ou autorização de consulta (aplicável pessoas singulares e coletivas)
- e) Certidão das Finanças, comprovativa da situação regularizada, válida, ou autorização de consulta (aplicável pessoas singulares e coletivas)
- f) Fotocópia da carta de capacidade de uso de solos das áreas exploradas, com solos medidos (aplicável pessoas singulares e coletivas)
- g) Atestado de residência (aplicável pessoas singulares)
- h) Fotocópia de certidão permanente do Registo Comercial, válida (aplicável pessoas coletivas)
- i) Fotocópia dos estatutos atualizados
- j) Fotocópia do alvará de reconhecimento, se o concorrente for uma sociedade de agricultura de grupo
- k) Documento comprovativo da capacidade empresarial agrícola (aplicável a cooperativas de trabalhadores rurais ou de pequenos agricultores ou outras formas de exploração por trabalhadores) – Documentos de habilitação ou da experiência agrícola dos representantes legais, nos termos da al. a)
- l) Documento da viabilidade económico-financeira: Balanço e Demonstração de Resultados (aplicável só cooperativas ou outras formas de exploração por trabalhadores)

2. Plano de exploração técnico-económico (aplicável pessoas singulares e coletivas)

3. Declaração de aceitação da “Minuta de Contrato de Arrendamento” (aplicável pessoas singulares e coletivas).

#### **10. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

Até as 17:30 horas do 25.º dia útil, a contar da publicação do presente edital no jornal regional “DIÁRIO DO ALENTEJO”.

#### **11. ESCLARECIMENTOS**

O júri pode pedir quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas, que considere necessários para análise e avaliação das mesmas.

#### **12. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO**

A proposta de adjudicação incidirá sobre a proposta de maior valor apresentada pelo concorrente que integre o 1º critério de preferência (ou o 2º, se não houver propostas que integrem o 1º, ou o 3º, se não houver propostas que integrem o 1º e 2º critérios) e em caso de empate dentro do critério à proposta de que se integre sucessivamente na 1ª, na 2ª (se não houver 1ª) ou na 3ª (se não houver 1ª e 2ª) ordem de menção de cada um dos critérios de preferência.

O último critério de desempate na adjudicação das propostas será a idade (ou a média da idade dos legais representantes, no caso do concorrente ser cooperativa ou outra forma de exploração por trabalhadores) fazendo-se o desempate a favor do candidato de menor idade.

#### **13. APRECIÇÃO DAS CANDIDATURAS E NOTIFICAÇÃO AOS CONCORRENTES**

Apos apreciação das candidaturas o júri do concurso elabora um relatório preliminar, com fundamentos de facto e de direito e efetuará lista provisória dos concorrentes admitidos, notificando os excluídos, para se pronunciarem, através de carta registada com aviso de receção.



#### **14. CAUSAS DE EXCLUSÃO**

Serão excluídos:

- a) Os concorrentes que não reúnam os requisitos de admissão ao concurso - ponto 6 presente edital
- b) Que não apresentem os documentos de prova exigidos no ponto 9 deste edital
- c) Que apresentem proposta com valor inferior ao valor base de renda fixado.
- d) Que apresentem proposta ou documentos desconformes com o modo, forma, local e prazos estabelecidos neste edital

#### **15. PRAZO DE PRONÚNCIA DOS CANDIDATOS**

10 dias, a contar do recebimento do aviso de receção.

#### **16. RECLAMAÇÃO**

Da notificação do relatório final elaborado pelo júri, por carta registada com aviso de receção, podem os concorrentes, querendo, reclamar ainda da decisão, no prazo de 10 dias, a contar da data do conhecimento do aviso.

#### **17. DECISÃO FINAL**

Do Ministro da Agricultura Florestas e Desenvolvimento Rural, após parecer do Diretor Regional.

#### **18. NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO FINAL**

A efetuar pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo

#### **19. CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

Os contratos serão assinados pelo Diretor Regional de Agricultura do Alentejo.

Évora, 13/8/2019

O Diretor Regional, Jose Godinho Calado